

EDITORIAL

O EXTREMISMO SE APRESENTA

Não deve ser encarada como simples excentricidade uma ação de extremistas que, sob o pretexto de defesa da moralidade, desrespeita o Legislativo e faz apologia do arbítrio

Dois episódios ocorridos ontem acendem o sinal amarelo da normalidade democrática no país: as manifestações violentas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, protagonizadas por sindicalistas e servidores contrariados com as medidas de austeridade propostas pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), e a estapafúrdia invasão do plenário da Câmara Federal por pessoas que bradavam contra a corrupção e pediam intervenção militar no governo. Ainda que a reação das corporações de servidores seja esperada em todos os Estados que tentam conter gastos e equilibrar as contas públicas, não há direito de ma-

nifestação que justifique agressões e depredações. Da mesma forma, não deve ser encarada como simples excentricidade uma ação de extremistas que, sob o pretexto de defesa da moralidade, desrespeita o Legislativo e faz apologia do arbítrio. Uns e outros devem ser responsabilizados legalmente pelos atos ilegais e inconstitucionais.

Todas as reformas estruturais que estão sendo propostas pelos governantes, tanto em nível federal quanto no âmbito dos Estados, devem ser amplamente discutidas com os setores atingidos. Por isso, estão sendo encaminhadas para os respectivos parlamentos, que representam os cidadãos. Grupos organizados e entidades repre-

sentativas de trabalhadores podem e devem exercer pressão sobre deputados e senadores para defenderem suas reivindicações. Mas não devem – e nem podem – quebrar a normalidade institucional, constranger, ameaçar e invadir. Quando apelam para tais expedientes, têm que ser reprimidos e responsabilizados na forma da lei.

Esse também é o tratamento que precisa ser dispensado aos falsos moralistas, que tentam assumir um papel de justiceiros que a sociedade brasileira não lhes delegou. O grupo que invadiu o plenário da Câmara Federal merece, no mínimo, ser investigado e processado por fazer a apologia do extremismo e do desapeço à Constituição.

EM RESUMO

Editorial diz que o grupo que invadiu o plenário da Câmara dos Deputados merece, no mínimo, ser investigado e processado por fazer a apologia do extremismo e do desrespeito à Constituição.

ARTIGO

VAMOS EXIGIR EFICIÊNCIA?

AUGUSTO PUHL PIAZZA
Auditor geral do Estado
Florianópolis



Há pelo menos dois anos o Brasil vive um Fla-Flu político que se acirra a cada dia. Um dos poucos assuntos que costuma ser consenso entre grupos tão conflitantes é o combate à corrupção. Ninguém ousa se manifestar contra. Até mesmo quem já cometeu deslizos se levanta para bradar em alto e bom tom a urgência de acabar com a apropriação ilegal de dinheiro público. A questão é mesmo urgente e torna o trabalho dos servidores que atuam no controle interno cada vez mais imprescindível.

Mas não vou “chover no molhado”. Quero falar é de outra atribuição do auditor interno que, embora não tenha o mesmo apelo do combate à corrupção, é tão importante quanto. Estou me referindo à eficiência dos gastos públicos. É fato que os governos costumam investir muito na arrecadação e fiscalização dos tributos. E devem fazê-lo. Mas é importante lembrar que o recurso investido em saúde, educação etc é o mesmo que foi arrecadado. O rigor com a eficiência do gasto precisa ser igual ou ainda maior.

A eficiência é um dos princípios que devem ser obedecidos pela administração pública, como prevê a Constituição Brasileira

Aliás, a eficiência é um dos princípios que devem ser obedecidos pela administração pública, como prevê a Constituição Brasileira. No Estado, a Lei complementar 381/2007 diz que a utilização do dinheiro público deve ser seguida

da comprovação de “seu bom e regular emprego”. Em Santa Catarina, lançamos o projeto Auditoria Cidadã, com o objetivo de verificar in loco se o resultado do serviço ou a obra entregue ao cidadão está satisfatório. Já fizemos cinco operações, incluindo inspeção na merenda escolar e nas emergências dos hospitais.

O Auditoria Cidadã não tem um ano ainda e já é um sucesso. Colegas de outros Estados nos ligam para saber detalhes. Hoje eu apresento o projeto na reunião do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), em Florianópolis. O evento reúne dirigentes máximos dos órgãos centrais de controle interno de Estados e municípios sedes de capitais. Em pauta, como difundir o trabalho dos auditores internos para que o cidadão levante a bandeira da eficiência do serviço público na mesma altura da bandeira do combate à corrupção.



GRUPO NC

Presidente
CARLOS EDUARDO SANCHEZ

OPERAÇÕES SC
Presidente-executivo
Mário Neves
Diretor-geral de Jornais e Mídias Digitais
Gabriel Roberto Casara
Diretor de Gestão e Finanças
Guilherme Netto
Diretor Jurídico e Institucional
Paulo Gallotti
Diretor de Negócios
Deltton Batista

Comitê Editorial:
Ana Paula Bittencourt (Hora de Santa Catarina)
Domingos Aquino (Jornais SC)
Eurico Meira da Costa (RBS TV)
Fábio da Câmara (Jornal de Santa Catarina)
Marcelo Rech
Marcio Serafini (CBN Diário)
Marina Adriano de Andrade (A Notícia)

DC
Fundado em 5 de maio de 1986
Operações Jornais SC
Adriano Araldi
Editor-chefe
Domingos Aquino
Gerente Comercial
George Fortunato
Gerente de Circulação
Jean Mannrich
www.diariocatarinense.com.br